

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 14 de outubro de 1983

Sobrecusto de projetos mal concebidos e realizados

Nada se discute tanto no Brasil quanto a contenção do déficit público, de modo a possibilitar o cumprimento das exigências do Fundo Monetário Internacional. Como estamos cansados de saber, os responsáveis pela condução da política econômica consideram fundamental para isso a poda dos salários dos funcionários das empresas estatais e, como não é possível tomar uma medida de efeitos isolados, requer-se mais um sacrifício da generalidade dos trabalhadores.

Os fatos, no entanto, têm demonstrado, à saciedade, que não está na contenção das folhas de pagamento o principal fator de desequilíbrio do déficit público em nosso país, originado, sobretudo, por escândalos financeiros do conhecimento de todos e por projetos mal concebidos e malrealizados, que vêm drenando recursos do Tesouro em proporções crescentes.

Noticia-se agora mais um acidente ou "incidente", como querem os dirigentes de Furnas Cen-

trais Elétricas, na usina nuclear de Angra I. O presidente da estatal, Licínio Seabra, admitiu que, em função dos sucessivos atrasos na operação daquela usina, Furnas está arcando com um sobre-custo de US\$ 200 milhões. A expectativa dos técnicos é de que, finalmente, a primeira unidade geradora de energia nuclear do Brasil, que deveria ter ficado pronta em 1977, comece a funcionar, com 100% de sua potência, no final desse ano, a um custo total de US\$ 1,2 bilhão.

Isso não é de forma nenhuma garantido, em vista do que tem ocorrido com a malfadada usina, e não será nenhuma surpresa se Furnas for obrigada a encarar um novo sobre-custo. O pior é que, mesmo que Angra I passe a operar normalmente, a situação financeira da estatal não deverá melhorar. A expectativa é de que se agravar sensivelmente.

Quem o diz é o próprio presidente da empresa. Segundo foi publicado, Furnas está operando atualmente com uma taxa de re-

muneração de seus investimentos entre 4 e 5%. Com a entrada de Angra I em operação comercial, a remuneração cairá para 3%, bastante aquém dos 10% estabelecidos pelo governo como a taxa justa. Isso ocorrerá porque o custo por quilowatt produzido pela unidade nuclear será de US\$ 1,9 mil, ou seja, muito superior ao quilowatt produzido por usinas hidrelétricas.

Para se ter uma idéia, basta dizer que, com todos os atrasos, que implicaram também sobre-preços, a hidrelétrica de Itaipu apresenta um custo de US\$ 1,2 mil por quilowatt produzido. Para uma hidrelétrica, este já é um custo relativamente elevado, considerando-se que o parque gerador da Cia. Energética de São Paulo (CESP) foi construído a um custo médio por quilowatt produzido da ordem de US\$ 800 a US\$ 1.000. Ainda hoje, como mostrou a Cataguases-Leopoldina na usina do Glória, é possível construir pequenas hidrelétricas, que não possibilitem apreciáveis economias

de escala, a um custo médio por quilowatt instalado inferior a US\$ 1.000.

Como se vê, Angra I não só é um caríssimo elefante branco como também exigirá muito dinheiro para ser alimentada. O que fazer nas circunstâncias? A tendência dos técnicos do governo seria, naturalmente, aumentar desmesuradamente as tarifas para a solução dos problemas financeiros de Furnas. Quer dizer, quem acabaria pagando pelo desatino seriam as empresas e a população consumidora, o que contribuiria para aumentar as pressões inflacionárias.

Do ponto de vista oficial, esta seria certamente a alternativa mais cômoda. Mas, se houvesse coragem política, o mais racional seria desativar a usina que o País construiu com tanto sacrifício, mas cuja operação resulta maléfica para sua economia, até mesmo porque há sobra e não escassez de oferta de energia elétrica no momento.